

**CENTRO POPULAR DE CULTURA E
DESENVOLVIMENTO - CPCD**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e quotistas do
Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)
Curvelo - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1 - Entidades sem finalidade de lucros).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

Conforme Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Entidade protocolou o requerimento de renovação do CEBAS - Certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2019 o processo de renovação foi indeferido e devido as grandes mudanças nas políticas de assistência social adotadas pelo Governo Federal, através do Ministério da Cidadania, a Entidade foi orientada pelos seus assessores jurídicos a reunir e revisar a documentação requerida para realizar novo pedido de renovação do CEBAS e, consequentemente, obter a manutenção da isenção de contribuições para a seguridade social. A Administração da Entidade, com base em medidas administrativas vem recorrendo desta decisão de indeferimento da renovação do CEBAS, cujo sucesso depende do desfecho destas ações. As presentes demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionada ao indeferimento da renovação do Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



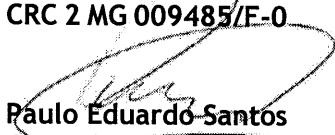
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0



Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

(Valores expressos em Reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas operacionais			
Doações		42.918	80.266
Repasse financeiros	13	9.268.270	7.071.277
Prestação de serviços		2.193.296	2.375.226
Resultado financeiro		41.185	24.607
		11.545.669	9.551.376
Despesas operacionais			
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	14	(9.613.715)	(8.292.731)
Despesas gerais/apoio administrativo		(1.479.820)	(1.284.635)
		(11.093.535)	(9.577.366)
Superávit líquido/(déficit) do exercício		452.134	(25.990)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em reais)

	2019	2018
Superávit líquido/(déficit) do exercício	452.134	(25.990)
Resultado abrangente total do exercício	452.134	(25.990)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações das mutações do patrimônio social (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	803.402	295.943	1.099.345
Incorporação do superávit de 2017	295.943	(295.943)	-
Déficit do exercício	-	(25.990)	(25.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.099.345	(25.990)	1.073.355
Incorporação do déficit de 2018	(25.990)	25.990	-
Superávit do exercício	-	452.134	452.134
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.073.355	452.134	1.525.489

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido/(déficit) do exercício	452.134	(25.990)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do exercício	193.000	144.095
	645.134	118.105
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recursos vinculados a projetos e convênios	(665.066)	12.914
Créditos a receber	5.797	14.744
	(659.269)	27.658
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	160.619	4.903
Obrigações sociais e trabalhistas	19.276	4.921
Obrigações com projetos e convênios	665.066	(12.914)
	844.961	(3.090)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	830.826	142.673
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(640.400)	(105.873)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(640.400)	(105.873)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	190.426	36.800
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	449.544	412.744
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	639.970	449.544
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	190.426	36.800

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica.

A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira.

Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Casa Saudável, Projeto Ser Criança, Projeto Dedo de Gente, Projeto Sítio Maravilha, Raposos Sustentável, Sementinha, Projeto Arasempre, Projeto Centro de Excelência em Permacultura e Bioconstrução, Projeto Cuidadores em Saúde, Barra Longa: Comunidade Saudável, dentre outros.

Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 13 de março de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a)** vida útil estimada do imobilizado;
- (b)** provisão para riscos e processos judiciais.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.3. Créditos a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)**

2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.5. Redução ao valor recuperável (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável dos Ativos”, os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável.

2.6. Doações e subvenções

As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)**

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. Patrimônio social

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

2.10. Apuração do superávit ou déficit

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

2.11. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.12. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado (superávit e déficit). Os ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetado pela referida operação.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Obrigações com projetos e convênios.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2019, incluindo operações de hedge.

2.13. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas também no resultado do exercício.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício e a composição da conta cheque em trânsito, refere-se a cheques que foram emitidos no final do mês de dezembro de 2019, cuja compensação não ocorreu até o fechamento desse exercício:

	2019	2018
Bancos conta movimento	452.717	10.768
Aplicações financeiras	188.753	439.892
Cheques/numerários em trânsito	(1.500)	(1.116)
	<u>639.970</u>	<u>449.544</u>

4. Recursos vinculados a projetos e convênios

Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

	2019	2018
Repasse - Projeto Arari Estação do Conhecimento	92.765	1.127
Repasse - Raposos	35.364	-
Repasse - Projeto Buriticupu	3.521	-
Repasse - Projeto Cuidadores em Saúde	-	13
Repasse - Mini Pronac 2	-	9
Repasse - CS Itapecuru	423.359	-
Repasse - CS Arari	22.392	-
Repasse - CS Anajatuba	163.797	-
Repasse - Natura 2019	530.802	-
Repasse - CMDCA Araçuaí	6.503	-
Repasse - Projeto Casa Saudável Boca do Mel	-	5.751
Repasse - Projeto P.Partida	-	8.681
Repasse - Projeto Casa Saudável Moitas e Queluz	-	323
Repasse - Projeto Casa Saudável Bubasa e Muquila	-	51.092
Repasse - Projeto Casa Saudável Presinha e Pindaré	80	38.235
Repasse - Projeto Casa Saudável Roça Grande Tucumã	1.777	54
Repasse - Projeto Casa Saudável Vila Pindaré	-	139
Repasse - Projeto Casa Saudável Concordia e União	-	15.790
Repasse - Projeto Barra Longa Presente do Futuro	80.337	265.704
Repasse - Projeto Vale Agua Vale Vida	101	78.013
Repasse - Projeto Casa Saudável Monitoramento	-	18.500
Repasse - Projeto Jupiter	172.946	-
Repasse - Fec Canal Sempre	60.055	-
(-) Provisão taxa de administração	(445.302)	-
	<u>1.148.497</u>	<u>483.431</u>

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

5. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se à prestação de serviços realizados pela entidade, conforme os contratos pactuados:

	2019	2018
Instituto Viva a vida	69.081	61.878
Fundação Vale do Rio Doce	-	13.000
	69.081	74.878

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte, conforme levantamento físico dos bens patrimoniais:

Custo ou avaliação	Terrenos	Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Computadores e Periféricos		Telefones	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203.715	196.299	123.408	187.923	49.401	982	761.728				
Aquisição	-	43.584	6.369	51.816	4.104	-	105.873				
Depreciação	-	(29.701)	(19.877)	(71.044)	(23.124)	(349)	(144.095)				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.715	210.182	109.900	168.695	30.381	633	723.506				
Custo total	203.715	647.664	287.882	587.866	281.194	9.553	2.017.874				
Depreciação acumulada	-	(437.482)	(177.982)	(419.171)	(250.813)	(8.920)	(1.294.368)				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.715	210.182	109.900	168.695	30.381	633	723.506				
Aquisição	-	49.323	50.979	521.087	19.011	-	640.400				
Depreciação	-	(33.101)	(21.009)	(124.123)	(14.536)	(231)	(193.000)				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	203.715	226.404	139.870	565.659	34.856	402	1.170.906				
Custo total	203.715	696.988	338.860	1.108.954	300.205	9.553	2.658.275				
Depreciação acumulada	-	(470.584)	(198.990)	(543.295)	(265.349)	(9.151)	(1.487.369)				
Valor contábil	203.715	226.404	139.870	565.659	34.856	402	1.170.906				

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

	2019	2018
Fornecedores de serviços	36.591	29.098
Fornecedores de materiais	175.910	22.784
	212.501	51.882

8. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

	2019	2018
Salários e ordenados a pagar	18.375	2.516
Provisão de férias e encargos	69.064	74.785
INSS a Recolher	20.999	14.373
FGTS a Recolher	17.817	14.768
PIS a Recolher	1.997	1.641
IRRF a Recolher	13.715	14.608
	141.967	122.691

9. Gratuidades e subvenções

A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos.

A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos.

A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87).

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2019 o processo de renovação foi indeferido e devido as grandes mudanças nas políticas de assistência social adotadas pelo Governo recém empossado, a Entidade foi orientada a reunir a documentação completa e necessária para a realização de um novo pedido do CEBAS junto ao ministério responsável pela certificação, o Ministério da Cidadania, desta vez comprovando de forma mais clara e precisa que a Entidade reúne todos os requisitos (gratuidade nas ofertas, continuidade nas ofertas e planejamento nas ofertas) para gozar das isenções tributárias propiciadas pela certificação junto ao Ministério da Cidadania.

Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento a ITG 2002 R1 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2019 e 2018 caso as obrigações fossem devidas.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas operacionais) R\$ 109.665 em 2019 e R\$ 118.761 em 2018; PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta e Receita Financeira, diminuídos do PIS sobre folha de pagamento apropriado) R\$ 379.439 em 2019 e R\$ 327.317 em 2018; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 153.726 em 2019 enquanto em 2018 a Entidade apresentou déficit. Ressaltamos que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

10. Passivos contingentes

A Entidade possui ações judiciais em andamento, oriundos do curso normal de suas atividades, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis em 31 de dezembro de 2019.

Os processos de natureza passiva com expectativa de perda possível é de R\$ 110.600 (cento e dez mil e seiscentos reais), em 31 de dezembro de 2019.

11. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros Diretoria Executivo da Entidade não são remunerados, conforme determina a Lei nº 12.101/09.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio social

O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.073.355 (R\$ 1.099.345 em 31 de dezembro de 2018).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

13. Repasses financeiros

A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	2019	2018
Projeto Casa Saudável	5.494.189	3.004.374
Porticus	-	4
Arasempre	-	5.480
Projeto Arari - Estação Conhecimento	743.813	583.688
Comunidades saudáveis	821.769	740.282
Itaú Fomento (a)	500.000	500.000
Projeto PP	8.681	338.093
Barra Longa	991.044	959.405
Projeto Vale água vale vida	275.913	325.583
Outros repasses financeiros	432.861	614.368
	9.268.270	7.071.277

- (a) Nos exercícios de 2019 e 2018 a Entidade recebeu através de contrato doação realizada pela Fundação Itaú Social o valor de R\$ 500.000 a título de apoio financeiro para contribuir com o fortalecimento e custeio das operações do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD. O referido contrato de doação será, durante o exercício de 2020, objeto de prestação de contas e avaliação por parte da Fundação Itaú Social conforme estipulado em contrato firmado entre as partes.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais

As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2019	2018
Porticus	(56.665)	(348.990)
Casa saudável	(5.380.224)	(2.867.951)
Arari - Estação conhecimento	(684.502)	(916.908)
Sec Barbacena	-	(605.038)
Sementinha SP	(46.953)	(118.967)
Raposos sustentável	(3.758)	(92.122)
Comunidades saudáveis	(541.736)	(517.860)
Dedo de gente	(567.730)	(358.815)
Ser criança	(268.533)	(253.309)
Sítio maravilha	(129.860)	(42.379)
Arasempre	(324.588)	(401.310)
Mini Pronac	(981)	(119.349)
Cuidadores em Saúde	(203.245)	(350.650)
Itaú Fomento	(460.968)	(125.333)
Barra Longa - Presente futuro saudável	(678.833)	(975.323)
Vale água vale vida	(216.947)	(181.259)
Bovespa	-	(4.529)
Brazil Foundation	(4.200)	(12.639)
Projeto Meninos Araçuaí-SEC	(4.459)	-
Natura Cosméticos	(1.802)	-
Projeto Jupter	(22.654)	-
Raposos Sustentável	(15.077)	-
	(9.613.715)	(8.292.731)

15. Seguros (não auditado)

A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Trabalho voluntário

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade a qual interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o resultado do período. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

Mensuração do trabalho voluntário

Em reais

2019

Cargo	Salário Referência	Salário Hora (220/H mês)	Total de Horas do Período	Valor Total
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	12	687,04

2018

Cargo	Salário Referência	Salário Hora (220/H mês)	Total de Horas do Período	Valor Total
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	12	687,04

17. Eventos Subsequentes

Coronavírus (COVID-19)

A administração da Entidade ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus, em especial ao mercado brasileiro. Apesar de o novo agente nocivo ("Covid-19") ter sido identificado em Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019, a administração entende que seus impactos começaram a ser sentidos pela economia brasileira apenas em 2020, não afetando, portanto, suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

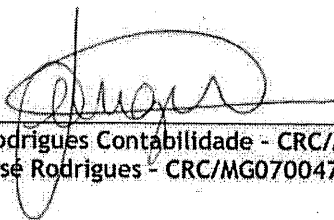
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até a presente data, a Entidade não possui uma mensuração exata dos possíveis impactos que a nova pandemia pode trazer para a mensuração de seus ativos e passivos em 2020, mas reforça que se mantém empenhada em fornecer condições de segurança aos seus empregados, fornecedores e parceiros, mantendo-os tempestivamente informados de quaisquer medidas que os possam impactar. Embora ainda não seja possível estimar a duração ou gravidade dos impactos do surto de COVID-19 no momento, se a pandemia continuar, seus efeitos podem vir a ser materiais nos resultados operacionais futuros da Entidade, bem como na posição financeira e liquidez do exercício de 2020.

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico nº CPC 24, não houve outros eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.



Sebastião Rocha
Presidente



Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318
Carlos José Rodrigues - CRC/MG070047/O-3